

Temas Livres

A pesquisa brasileira sobre ativismo político online: mapeamento de publicações em periódicos de 2000 a 2020

DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.2.7>

 **Rayza Sarmento**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (GCODES). E-mail: rayzasarmento@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9817-7941>.

 **Lara Andrade Silva Viana**

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (GCODES). E-mail: laraviana.cis@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1295-0858>.

RESUMO: Este texto busca desvelar como o ativismo online foi pesquisado, a partir do levantamento de artigos publicados em revistas acadêmicas nacionais bem avaliadas com, no mínimo, Qualis Capes B1 nas áreas de Ciência Política e Comunicação. Encontramos 33 artigos publicados referentes a temática, entre 2000 a 2020, nos quais foi aplicada análise de conteúdo. Encontramos 69% dos textos apresentando pesquisa empírica, sendo o Facebook a arena online mais analisada, seguido dos blogs. Acerca dos fenômenos analisados nos artigos, a maior parte dos trabalhos estava concentrada na categoria mobilização, entendendo o ativismo online como capaz de engajar para causas e construir campanhas vias hashtags.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismo político online; Levantamento bibliográfico; Internet; Movimentos sociais.

Recebido em: 15/12/2021

Aprovado em: 20/04/2022

1 Introdução

É crescente o interesse acadêmico pelos usos que movimentos sociais mais clássicos fazem das ferramentas digitais, bem como acerca das possibilidades que as arenas online trouxeram para novas formas de articulação política. Ativismo de sofá, ciberativismo, webativismo, ativismo digital, ativismo online fazem parte da miríade de termos surgidos nos últimos anos para dizer dessa presença online.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Revista Agenda Política, v. 10, n. 2, p. 157-177, mai.-ago. 2022

Esses estudos se concentram, com maior frequência, em pesquisadores já ligados ao campo teórico dos movimentos sociais (e aqueles mais próximos do campo interseccional da comunicação e política, em especial de internet e política (I&P). No primeiro âmbito, os usos da internet adensam mais questões à perspectiva de atuação em *rede*, em vigor no Brasil desde os anos de 1990 (SCHERER-WARREN e LUCHMANN, 2015). Os termos usados pelos pesquisadores da área, comumente, se referem aos “impactos” da internet sobre a mobilização e articulação de sujeitos e grupos. No segundo âmbito, estudiosos de I&P, na perspectiva da democracia digital (GOMES, 2016a), se debruçaram sobre as dimensões comunicacionais que atravessam o ativismo online, seja por meio da análise das dinâmicas de articulação, do tipo de ferramenta empregada, do discurso utilizado, dentre outros elementos.

Ao analisarem 526 artigos sobre internet e política, distribuídos nos principais eventos nacionais das áreas de Ciências Sociais e Comunicação, entre 2000 e 2014, Sampaio et al. (2016, p. 96) atestam que o terceiro “objeto político” mais frequente, em 17,9% do total de trabalhos, são “movimentos sociais e organizações cívicas”. Já ao analisarem apenas os *papers* apresentados no Grupo de Trabalho (GT) de Ciberpolítica da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), evento tradicional, entre 2010 e 2017, o mesmo objeto aparece em segundo lugar, em 22,6% dos 106 textos do corpus (SAMPAIO et al, 2018, p. 140).

Inspirado nos esforços supramencionados, este texto busca desvelar como o ativismo online foi entendido e pesquisado, a partir do levantamento de artigos publicados em revistas acadêmicas nacionais avaliadas, minimamente, com Qualis Capes B1 nas áreas de Ciência Política e Comunicação, nesta ordem¹. O sistema Qualis Capes, utilizado na academia brasileira, é responsável pela avaliação e estratificação de periódicos, a partir de variáveis como qualidade dos artigos, perfil do corpo editorial, periodicidade de publicação, presença de autores internacionais e indexação.

Este artigo faz um recorte dentro do campo de internet e política, a fim de entender as especificidades da relação entre ativismo e internet dentro da produção acadêmica brasileira. Araújo (2011) já realizou semelhante levantamento – focado no termo “ciberativismo” – utilizando o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os anais dos eventos da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós) e o Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação (Portcom), entre 2000 e 2010, com

¹ Expressamos gratidão à Fapemig (APQ -02821-18) pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

a análise de 22 textos – uma tese, sete dissertações e 14 artigos. Ruskowski e colaboradores (2020) também realizaram levantamento focado nas revistas Qualis A1 e A2 apenas das Ciências Sociais e *papers* publicados em eventos de porte da área (Anpocs), entre 2010 e 2017, a fim de entender como o campo de estudos dos movimentos sociais aborda a literatura sobre tecnologias de informação e comunicação. Para além da cobertura temporal, nos diferenciamos deste trabalho por considerar a Comunicação também como campo fundamental para a compreensão desses estudos.

A pesquisa bibliométrica, com parâmetros claramente definidos, especialmente no âmbito da Ciência Política, colabora para entender a emergência, aceite e desenvolvimento de um determinado tema ou discussão ao longo do tempo (CAMPOS et al, 2017). Dado ser um fenômeno mais recente, optamos por trabalhar com as décadas de 2000 e 2010, a fim de compreender, por meio da construção de um banco de dados com 28 variáveis, quais os vieses de pesquisa, instituições, metodologias, arenas estudadas e referências bibliográficas mais comuns. É preciso enfatizar que estamos cientes de que aquilo que chega aos periódicos não diz da produção como um todo, em função de critérios de seleção, receptividade ao tema, tempo de edição, dentre outros, especialmente se tratando de revistas de alto estrato. Contudo, trata-se de uma parte relevante da construção do campo científico.

O texto está dividido em duas partes, além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira, revisamos as relações entre internet e ativismo. Na segunda parte, apresentamos a metodologia empregada, a descrição e análise dos dados.

2 Ativismo e internet: marco teórico

O estudo dos movimentos sociais no Brasil, como sujeitos da ação coletiva, tem como marco temporal a década de 1970 (BRINGEL e TEIXEIRA, 2015; GOHN, 2010), com o “revigoramento associativo no país” (SCHERER-WARREN e LUCHMANN, 2015, p. 17). Um movimento social, de acordo com Scherer-Warren (1987, p. 7), é “uma ação grupal para transformação (práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto) sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia)”, além de “uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”. Gohn (2010, p. 39) também afirma que os movimentos são um dos “atores sociais que protagonizam ações coletivas na sociedade civil”, ao lado de outros, como organizações não-governamentais, fóruns e conselhos.

Após o foco na classe para explicação das lutas, modelos alternativos e discussões mais focadas em movimentos específicos (ambientalista, feminista, por moradia...) foram ganhando a cena, paulatinamente, com a inclusão de outras chaves de análise para a ação coletiva (SCHERER-WARREN, 2014b). Segundo Scherer-Warren e Luchmann (2015, p. 19), passou-se do “virtuosismo” dos movimentos a um debate mais adensado sobre o papel deles na “reordenação institucional possível nos processos precários de redemocratização” naquele momento.

Nos anos de 1990, emerge como chave de leitura a ideia de *redes* (SCHERER-WARREN, 2014b), para entender as “lógicas de cooperação solidária” (SCHERER-WARREN e LUCHMANN, 2015, p. 22), bem como dinâmicas atravessadas por fatores como “transnacionalidade, pluralismo organizacional e ações interativas entre instituições variadas” (BRINGEL e TEIXEIRA, 2015, p. 64). É interessante, como fazem Bringel e Teixeira (2015), observar os repertórios interpretativos dos estudos sobre a ação coletiva, que foram incorporando novas terminologias, como *sociedade civil*² e *esfera pública* (BRINGEL e TEIXEIRA, 2015). Das *redes*, passou-se também a um debate sobre associativismo por meio das organizações não-governamentais (“*onguização*”) e, mais recentemente, a literatura da área tem voltado muito esforço para o entendimento da participação nos espaços institucionalizados e/ou nas inovações democráticas, observando os movimentos sociais a partir das dinâmicas de interações socioestatais (ABERS e BÜLOW, 2011; LAVALLE, 2016).

Desde os anos de 1990, autoras como Scherer-Warren (2014b [1993]) vêm levantando a importância de um olhar mais detido às tecnologias de comunicação e informação, que se acentua depois de intensos protestos nas últimas décadas. Gomes (2016a, p. 47) sustenta que, embora os estudos tenham começado ainda na década de 90, sua intensificação se deu na segunda metade dos anos 2000, especialmente a partir da possibilidade, com a web 2.0, da “publicação de conteúdo em redes mais extensas e permanentes”. No Brasil, muitos desses estudos à época se concentraram no campo científico da Comunicação, o que justifica nosso recorte analítico bibliométrico.

Observando as formas de participação online, esses estudos passam de um otimismo acerca dos potenciais democráticos da internet – “por causa de sua história, da sua infraestrutura técnica e dos ideais que acompanharam seu desenvolvimento” (CARDON, 2016, p. 287) – à crítica do “ativismo de sofá”. O descrédito gerado pelas ações “só digitais” deu origem ao termo *slacktivism*, para falar de

² Para acepções do termo ver Mendonça (2011).

práticas que demandam pouco ou nenhum esforço ou engajamento (CHRISTENSEN, 2011; SEBASTIÃO e ELIAS, 2012). Os protestos na Primavera Árabe “nas ruas e nas redes”, para usar os termos de Gomes (2016b), trouxeram vigor à agenda e a queda de regimes ditatoriais em função deles foi deixando o “sofá” cair em desuso para explicar o engajamento coletivo que se expressou também em encontros presenciais nas ruas. Já no Brasil, as manifestações ocorridas a partir de junho de 2013 demandaram reflexão e, quase uma década depois, o uso das mídias sociais digitais por ativistas políticos se tornou ainda mais frequente, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político (TATAGIBA E GALVÃO, 2019).

A internet e as redes sociais, incontestavelmente, favoreceram as conexões e a difusão de formas, práticas e mensagens dos movimentos democráticos nos níveis nacional e internacional (Castells, 2012; Gohn, 2013; Pleyers&Glasius, 2013). As mobilizações recentes seriam bem diferentes sem a explosão do número de usuários da internet no mundo árabe, particularmente no Egito (Gerbaudo, 2013) ; na Rússia (Lonkila, 2012) ou sem os jovens ativistas (Mason, 2012; Olesen, 2013) que difundiram as imagens e as reivindicações no YouTube e no Facebook, “twitando” ao vivo as manifestações, a repressão a elas ou as assembleias dos acampamentos de ativistas. No entanto, para compreender o papel da internet nas “revoluções árabes”, nos movimentos dos indignados e Occupy ou nos movimentos democráticos na Rússia, na Turquia e no Brasil, é preciso ultrapassar as oposições binárias entre o mundo “virtual” do ciberativismo e o mundo “real” das mobilizações nas ruas e nas praças. Ativismo online e ancoragem territorial, conexões globais e quadros nacionais, usos de mídias alternativas e referências à mídia estão bem mais articulados do que em oposição (PLEYERS, 2013, p. 88).

161

Mais do que entender se o ativismo digital é um fenômeno dicotômico – positivo ou negativo – estamos alinhadas a Gerbaudo (2021, p. 41) o qual defende que as mídias digitais colaboraram para o “processo de construção simbólica do espaço público que orienta o encontro físico de um ativismo disperso e individualizado”. O autor também assinala a possibilidade de amplificarem o alcance de pautas e reivindicações históricas de grupos e ativistas já organizados, tais como os movimentos sociais clássicos.

A agenda se torna mais complexa, no sentido de não só medir “impactos” no off-line, de forma pessimista ou otimista, mas entender como esse ativismo passa a ocorrer, com a observação dos repertórios e performances específicas da dinâmica online. A frequência de aparecimento público, especialmente na última década, de expressões como *hashtags* e *memes* também passou a compor o quadro de estudos sobre essa agência ativista, revelando como os usos do humor e de questões antes

entendidas como experiências privadas são fontes de interação nesse ambiente (CHAGAS, 2021; PRUDÊNCIO, 2020).

É preciso observar como diferentes movimentos sociais tiveram suas atuações reconfiguradas a partir do uso de mídias digitais, especialmente como produtores de conteúdo e conhecimento, atravessados por uma dinâmica frequente de compartilhamento própria da ambiência digital. A relação dos ativismos com o uso da internet se intensificou ainda mais nos últimos dois anos, a partir do contexto sanitário instaurado com a pandemia de covid-19. Uma série de iniciativas de ativismo já existentes antes da pandemia ou articuladas a partir dela realizaram mobilizações digitais para doação de itens básicos de segurança sanitária (máscara e álcool em gel), bem como de suprimentos para populações vulneráveis.

Como se vê, o ativismo online se construiu em uma questão de pesquisa para analistas de diferentes campos científicos. Nosso interesse neste trabalho é compreender os caminhos das pesquisas publicadas sobre o tema em periódicos dos três mais bem avaliados estratos de publicação, segundo o sistema Qualis Capes, na Ciência Política e na Comunicação. A seguir, apresentamos como se deu a construção do corpus e análise dos trabalhos. Novamente, reiteramos que os periódicos são apenas uma parte do conjunto de produções em que este tema circula, mas que podem colaborar para o entendimento sobre o objeto de estudo.

3 Metodologia

A pesquisa bibliométrica tem sido empregada com relativa frequência na Ciência Política (CAMPOS et al, 2017; MARQUES E MONTEZUMA, 2014; SAMPAIO et al, 2016, 2018). Campos et al. (2017, p. 625) defendem que “a institucionalização dos periódicos acadêmicos (...) transformou o artigo no principal formato de comunicação científica”. Com base nos já citados estudos de Sampaio e colaboradores (2016, 2018) e Araújo (2011), investigamos a publicação de artigos sobre ativismo online em revistas a partir dos critérios informados a seguir.

O primeiro critério norteador é que as revistas fossem minimamente avaliadas, em primeiro lugar, como B1 na Ciência Política. A partir dessa seleção, coletamos, dentre elas, as revistas que tivessem a mesma avaliação na Comunicação³. Este critério é necessário por se tratar de um tema

³ Dada nossa inserção profissional como docente em um departamento de Ciências Sociais.

comum em ambas as áreas e tradicionalmente pesquisado por pessoas ligadas a subárea de Comunicação e Política.

Os periódicos internacionais, os não editados nas áreas de Comunicação ou Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) mesmo com avaliação na área e aqueles que tinham avaliação apenas na Comunicação⁴ foram excluídos. Ao total, foram encontrados 13 periódicos que atendiam aos requisitos iniciais, sendo eles, em ordem alfabética: Ambiente & Sociedade, BPSR – Brazilian Political Science Review, Caderno CRH, Cadernos Pagu, Dados, Estudos Feministas, Horizontes Antropológicos, Intercom, Novos Estudos CEBRAP, Opinião Pública, Revista Brasileira de Ciência Política, Sociedade & Cultura, Sociedade & Estado.

Dessas revistas, foram encontrados artigos sobre ativismo online em apenas sete, distribuídas com os seguintes Qualis (Quadro 1). Esta primeira seleção demonstra que nenhuma revista A1 da Ciência Política abriga artigos acadêmicos sobre ativismo online no período analisado.

Quadro 1 – Avaliação no Qualis Capes COM e CP das revistas analisadas, em ordem alfabética

Revista	Qualis na COM	Qualis na CP
Caderno CRH	B1	A2
Cadernos Pagu	A2	A2
Estudos Feministas	A2	B1
Horizontes Antropológicos	A2	B1
Intercom	A2	B1
Sociedade & Cultura	B1	B1
Sociedade & Estado	B1	B1

Fonte: Dados da pesquisa.

A seleção dos periódicos e a coleta dos artigos foi realizada manualmente por três discentes de iniciação científica a partir dos sites das revistas ou da plataforma Scielo, desde 2018 e finalizada para conferência final em dezembro de 2020. A coleta se deu a partir da análise de cada número/volume das revistas. Os artigos foram selecionados a partir da leitura do sumário de cada edição, dos resumos e palavras-chave do artigo. Para confirmar se os artigos correspondiam ao tema pesquisado, foi realizada a leitura integral de cada um.

⁴ É importante ressaltar que, dado o sistema Qualis Capes, vários periódicos importantes da Comunicação não entraram no corpus por não possuírem avaliação ou estarem com avaliação menor que B1 na Ciência Política. As revistas E-Compós e Galáxia, por exemplo, proeminentes em tal área, ambas A2, nem são avaliadas na CP.

Na construção do corpus foram excluídos artigos que abordavam: (a) cobertura jornalística do ativismo; (b) participação política online focada em estratégias de instituições como partidos, Estado, fóruns (como orçamentos); (c) análise de comentários de notícias; (d) práticas de sociabilidade online⁵; e (e) análise de plataformas colaborativas. Também não foram analisados artigos de balanço bibliográfico gerais sobre internet e política⁶. Foram selecionados trabalhos compreendidos entre 2000 a 2020, somando 33 artigos publicados referentes à temática.

Após a coleta dos textos, utilizamos a análise de conteúdo (AC) (BAUER, 2002; CAVALCANTE et al, 2014; SAMPAIO e LYCARIÃO, 2018) a fim de entender, a partir do nosso conjunto de variáveis, como se deram os estudos sobre internet e ativismo. De acordo com Bauer (2002, p. 191) a AC é uma “técnica para produzir inferências de um texto para seu contexto social de maneira objetivada”, implicando, várias vezes, em “tratamento estatístico de unidades do texto”. A análise depende, obviamente, de uma pergunta de pesquisa que a guie, dado que “a AC interpreta o texto apenas à luz do seu referencial de codificação” (idem, p. 199). Para Cavalcante et al. (2014, p. 16), na codificação da AC faz-se importante “encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado”.

Um banco de dados com 28 variáveis foi organizado e preenchido no Excel, a fim de aferir informações como: revista, avaliação no Qualis Capes na Ciência Política e na Comunicação; ano de publicação, ano de fundação da revista, volume, número, páginas de edição da revista, títulos dos artigos; número de autores dos artigos, nomes e gênero dos autores; titulação, área de titulação e instituição; resumo, palavras-chave e referências bibliográficas dos artigos; tema geral e objetivo do artigo; fenômenos estudados no texto: informação, organização e mobilização – serão explicitados a seguir na análise; metodologia empregada; existência de pesquisa empírica ou ensaio teórico; e arena online analisada.

A aplicabilidade da análise de conteúdo tem feito emergir duas grandes preocupações, acerca de replicabilidade e fidedignidade. Concordamos com Sampaio e Lycarião (2018, p. 34), que a replicabilidade deve atentar para a “disponibilização do máximo de informações sobre os

⁵ Como exemplo, temos o texto de Silva (2009), publicado na revista Estudos Feministas, acerca de uma etnografia online sobre práticas de “barebacking”. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300003>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

⁶ Como o próprio texto de Sampaio et al. (2016), publicado em uma das revistas analisadas.

procedimentos utilizados” e por isso disponibilizamos o livro de códigos e o banco de dados, caso sejam solicitados. No caso da fidedignidade, optamos por não realizar os testes de confiabilidade, dado que poucas variáveis implicaram em discricionariedade que pudesse comprometer a codificação. A variável “fenômenos” foi a única que gerou mais dúvidas e foi codificada em dois momentos, pela coordenadora e bolsista da pesquisa e as questões foram dirimidas em conjunto. As outras duas codificadoras ficaram responsáveis apenas pelo preenchimento de dados mais técnicos do texto.

Na codificação da metodologia e dos objetivos, neste primeiro momento, usamos os termos utilizados pelos autores dos textos. Quando não era possível identificar a metodologia optamos por informar a expressão “não se aplica” no banco de dados.

4 As pesquisas acadêmicas sobre ativismo online: análises dos dados

Um primeiro foco da análise é entender características mais gerais das publicações, especialmente onde, quando e por quem foram realizadas. Conforme atesta a Tabela 1, a maior parte dos textos está na revista Intercom (editada na Comunicação), com 36,36 % do corpus, seguida da Cadernos Pagu, com 30,30%. Esse primeiro dado traz uma informação importante, a segunda revista com maior número de artigos sobre ativismo online é um periódico importante dos estudos feministas brasileiros, ligada a núcleo de pesquisa histórico de mesmo nome. Entre o total de artigos analisados, cerca de 40% é voltado para o ativismo feminista online, temática que outros levantamentos bibliográficos têm apontado como proeminente nos anos mais recentes no país (SARMENTO, 2021).

Tabela 1 – Distribuição em quantidade e percentual dos artigos do corpus, por revista

Revista	Nº de artigos	Percentual
Intercom	12	36,36%
Cadernos Pagu	10	30,30%
Caderno CRH	4	12,12%
Sociedade e Cultura	3	9,09%
Estudos Feministas	2	6,06%
Horizontes Antropológicos	1	3,03%
Sociedade e Estado	1	3,03%

Total	33	100%
-------	----	------

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 informa o número e porcentagem de textos a partir dos critérios de avaliação Qualis Capes. Nota-se que a maior parte dos textos é mais bem avaliada na Comunicação, dado que a Intercom, periódico com maior número de publicações, é A2 em tal área e B1 na CP. É possível conjecturar também, a respeito da Ciência Política especialmente, sobre o pouco aceite do tema em revistas com essas avaliações, bem como o fato de ser um assunto mais recente. Uma análise interessante a ser feita é entender qual o percentual total de artigos de internet e política e como se distribuem em caminhos de pesquisas (e-gov, deliberação online, entre outros), a fim de avaliar, como fizeram Sampaio et al. (2016), se há alguma predominância de um dos temas de I&P.

Tabela 2 – Número de textos e percentual por estrato Qualis Capes nas áreas de Ciência Política e Comunicação

Qualis Capes	Ciência Política		Comunicação	
	Nº de textos	Percentual	Nº de textos	Percentual
B1	19	57,58%	8	24,24%
A2	14	42,42%	25	75,76%
A1	0	0%	0	0
Total	33	100%	33	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito aos anos de publicação, nota-se o ano de 2020 como aquele com maior número. Também há um aumento a partir de 2014, muito provavelmente em função de textos sobre manifestações, com maior concentração de textos sobre o fenômeno do ativismo online nos anos 2010 em comparação com os anos 2000.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos por ano de publicação

Ano de publicação	Nº de artigos	Percentual
2000	1	3,03%
2002	1	3,03%
2005	1	3,03%
2008	1	3,03%
2010	1	3,03%
2012	2	6,06%
2013	1	3,03%
2014	5	15,15%
2015	2	6,06%
2016	4	12,12%
2017	6	18,18%
2019	1	3,03%
2020	7	21,21%
Total	33	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Acerca da autoria dos textos, os dados mostram que cerca de 63,64% dos artigos são escritos em autoria única, 27,27% com dois autores e apenas 9% com três autores. Quanto ao gênero da autoria, inferido a partir dos nomes socialmente indicados como femininos e masculinos, quase 70% dos textos têm apenas mulheres como autoras e 24,24% apenas com homens. Esses achados se aproximam do que encontram Sampaio et al. (2018).

Buscamos também entender a titulação mais comum das autoras e autores dos textos sobre ativismo online, focando especialmente no primeiro/a autor/a. Mais de 70% possui doutorado completo (Tabela 4). Ressalta-se que nem todos os textos permitiram tal identificação à época da publicação, constando assim como “não se aplica”. Já a área mais comum de titulação é a Comunicação, com cerca de 36%, seguida de programas gerais de Ciências Sociais (21,21%), quando a informação estava disponível (Tabela 5). Os dados sobre a prevalência da área coadunam como os de Araújo (2011) e Sampaio et al. (2018).

Tabela 4 – Titulação da/o primeiro/a autora/autor dos artigos das revistas avaliadas

Titulação da/o primeiro/a autora/autor	Nº de titulados	Percentual
Doutorado	24	72,73%
Doutorando/a	6	18,18%
Mestrando/a	1	3,03%
Não disponível	2	6,06%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5 – Área de titulação da/o primeira/o autora/autor dos artigos das revistas avaliadas

Área de titulação da/o primeira/o autora/autor	Nº de autores por área	Percentual
Comunicação	12	36,36%
Ciências Sociais	7	21,21%
Sociologia	4	12,12%
Antropologia	3	9,09%
Ciência Política	1	3,03%
Educação	1	3,03%
Artes	1	3,03%
Divulgação científica	1	3,03%
Psicologia	1	3,03%
Não se aplica	2	6,06%

Fonte: Dados da pesquisa.

A instituição mais frequente de titulação dos/as primeiros/as autores/as foi a Universidade do Estado de São Paulo (Unicamp - 27,27%), seguida da Universidade de São Paulo (USP - 15,15%) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - 9,09%). É perceptível uma sobrerrepresentação de pesquisadores/as titulados/as na região sudeste, quando olhadas as demais universidades disponíveis no corpus (PUC SP, UERJ, UFMG e UMESP).

Passemos agora a algumas discussões mais substantivas dos artigos. Dos 33 trabalhos analisados, 69,70% apresentaram pesquisa empírica, com análise de arenas online utilizadas pelos

ativistas ou interpretação por esses atores do uso das plataformas para as lutas coletivas. Uma das primeiras dificuldades no entendimento de como o ativismo online foi estudado se deu com a tentativa de codificação da metodologia. Em 44% dos textos, não foi possível identificar o método empregado. Optamos por coletar os termos que os próprios autores utilizaram para descrever a feitura de suas pesquisas. O quadro a seguir mostra a diversidade e a pouca clareza das definições metodológicas disponíveis nos textos, reflexões que também estão colocadas em Sampaio et al. (2018). A partir dos termos, é possível identificar um foco acentuado em análises dos textos disponíveis nas diferentes arenas em estudo. A abordagem qualitativa é preponderante, o que pode estar relacionado com o fato de que os estudos estão concentrados em revistas e autores do campo da Comunicação, que possui uma tradição mais tardia de pesquisas quantitativas.

Quadro 2 – Termos dos autores para descrever as metodologias utilizadas

"etnografia"
"pesquisa bibliográfica"
"análise de acontecimento"
"sociologia das ausências e a sociologia das emergências"
"análise de narrativa textual"
"levantamento bibliográfico"
"análise de dados quantitativos (postagens, localização das páginas etc.) e qualitativos (conteúdos das publicações, grupo focal)"
"análise de conteúdo"
"análise das páginas virtuais"
"observação da sociabilidade ocorrida pela Internet"
"sistematização de determinados campos semânticos constituídos por certas ideias-força que se apresentam de forma regular e repetitiva no discurso desses agentes sociais"
"recurso etnográfico"
"campo etnográfico"
"continuidade etnográfica"

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram mapeadas também os ambientes online nos quais as pesquisas se debruçaram, entretanto cerca de 40% do corpus não é possível de realizar tal identificação, por se dedicarem em reflexões não voltadas a uma plataforma específica. Há um número maior de observação, pois um mesmo artigo pode investigar mais de um âmbito. Das arenas possíveis de identificação e retiradas as menções a esferas offline (entrevistas, grupos focais, por exemplo, que aparecem em três artigos), o

Facebook desponta como a mais frequente (em sete textos), seguido do Twitter (4), de blogs (3), sites e listas de discussão (2 cada) e demais plataformas como WhatsApp, Instagram e Tumblr (1 texto cada).

Sampaio et al. (2018, p. 140) também identificaram que, quando há menção clara, as mídias sociais e sites são mais comuns e atestam que “dessa forma os trabalhos sobre blogs e chats vão perdendo espaço para os estudos de mídias sociais nos últimos anos”. Para os autores, a “constante modificação de objeto mostra que a dinâmica da área está relacionada a relação entre tecnologia e sociedade” (idem). É provável que nos anos futuros, aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, figurem entre as arenas mais estudadas.

É preciso enfatizar também que nem todo texto se volta para o estudo de uma arena ou plataforma específica. Há estudos que buscam compreender as lógicas de uso e resistências das novas tecnologias para o ativismo, sem necessariamente proceder a uma investigação de sites de informação ou de redes sociais.

170

Procuramos compreender quais os fenômenos foram objeto de pesquisa nesses textos. Se tratava de uma pergunta central na construção do banco de dados, em função de estar relacionada à própria ideia de ativismo online que circundava cada artigo. Nosso objetivo era investigar o que os artigos compreendem como ativismo online, como identificam – a partir de ações – a existência desse ativismo e a abordagem utilizada para definir os objetos de análise.

De acordo com a codificação, baseada nas terminologias das áreas de I&P e movimentos sociais, classificamos o fenômeno de um artigo a partir de três categorias, explicadas a seguir. Também codificamos quando duas delas eram tratadas com a mesma força nos textos.

a) Informação: quando o texto discutia, como central para o ativismo online, a ampliação de narrativas, construção de contra-narrativas⁷, disseminação de informação e contra-informação.

b) Mobilização: quando o foco do texto era na análise acerca da capacidade de mobilizar pessoas para uma determinada causa, campanha; circulação de hashtags; construção de laços de solidariedade⁸.

⁷ Como exemplo, temos o texto “Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede”, de Tatiane Leal (2017), que possui como objetivo analisar páginas inspiradas em mulheres feministas, “dedicadas à construir uma memória coletiva feminista online, reunindo histórias de mulheres inspiradoras do passado e presente.”

⁸ Como exemplo, o artigo “Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política”, de Ilse Scherer-Warren (2014a), que buscou entender como as manifestações de rua de 2013 se diferenciam, organizacional e politicamente, de outras grandes mobilizações sociais do século XX.

c) Organização: quando o artigo tratava das implicações da dimensão online na construção organizativa de um determinado coletivo/movimento/fluxo⁹.

São poucos os textos específicos sobre o último viés citado. A maior parte deles está focado no ativismo online a partir da ideia de mobilização para causas, demandas e campanhas (Tabela 6). Como já informado, grande parte dos textos tratam especificamente do ativismo feminista online, com viés acentuado dessa produção informativa mais democrática que se coloca no meio digital, achado também disponível no trabalho de Ruskowski e colaboradores (2020). Ainda é predominante nos textos a ideia da internet como uma arena mais porosa e aberta a novos discursos e há pouca identificação das dinâmicas específicas de organização propiciadas/adensadas pela dinâmica online, conforme propõe estudos como os de Gerbaudo (2021), para pensar a relação e não dissociação entre as ações online e off-line. A análise detida de formas de estratégias ou mesmo de repertórios de atuação digital não aparece com tanta frequência, bem como não encontramos estudos de acompanhamento com temporalidade estendida dos fenômenos.

171

Tabela 6 – Quantidade e percentual do viés de análise identificado nos artigos sobre ativismo online dos artigos das revistas avaliadas

Viés da análise	Nº de textos	Percentual
Informação	9	27,27%
Mobilização	15	45,45%
Organização	7	21,21%
Não se aplica	2	6,06%
Total	33	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, a Figura 1 revela as referências bibliográficas mais mobilizadas nas pesquisas publicadas em tais periódicos.

⁹ Como exemplo, temos a pesquisa “Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica”, de Gajanigo e Souza (2014), em que os autores analisam algumas manifestações sociais que surgiram pelo mundo a partir de 2008, com foco em entender o impacto na organização desses movimentos e perceber como fizeram uso da imagem como forma de comunicação.

5 Conclusão

Este artigo buscou entender e elucidar como o ativismo online foi pesquisado nos periódicos acadêmicos nacionais e as especificidades da relação entre ativismo e internet nesta produção acadêmica nos últimos 20 anos. Procuramos também apresentar quais eram os fenômenos das pesquisas publicadas sobre essa temática nas revistas mais bem avaliadas nos três primeiros estratos de publicação da Qualis Capes em Ciência Política e Comunicação, respectivamente, em função de serem reconhecidamente as áreas de maior produção sobre tal tema. Entendemos, na esteira de Campos et al. (2017) e Sampaio et al. (2018), que a revisão sistemática sobre objetos, teorias ou conceitos pode colaborar para o entendimento da emergência destes, bem como denotar arrefecimento de interesse, que ocorrem no contexto de produção acadêmica ao longo do tempo. Como fundamentais espaços de publicação e circulação científica, a investigação sobre os artigos se torna uma fonte de compreensão da estruturação do conhecimento de um determinado campo, a partir de seus periódicos, filiação de autores e abordagens teóricas mobilizadas.

173

Com o intuito de dar um panorama conceitual e inserir o tema estudado, realizamos discussão sobre as relações entre internet e ativismo, evidenciando os movimentos sociais que surgiram a partir da década de 90 e foram decisivos para o começo das reflexões desse novo fenômeno. Nesse sentido, estamos de acordo com Pleyers (2013, p. 94), “a análise dos movimentos contemporâneos deve então considerar as lógicas da ação coletiva e as da “ação conectiva”, mas também e principalmente suas interações”. Nos últimos anos e, sobretudo a partir das limitações presenciais impostas pela pandemia de covid-19, o ativismo digital se tornou um fenômeno ainda mais presente e as formas de engajamento por meio/a partir de mídias digitais ensejam uma série de reflexões que vão muito além de tentativas de “medir impacto” no off-line.

Apresentamos, em seguida, a coleta e análise dos dados e a partir deles percebemos algumas características sobre a pesquisa de ativismo online no cenário brasileiro, que dialogam com mapeamentos anteriores. Gostaríamos de ressaltar como se faz necessária uma discussão sobre a

societyandculture. De Gohn, aparecem: Sociologia dos movimentos sociais; Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos; Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo; Novas teorias dos movimentos sociais; Movimentos sociais e educação; História dos movimentos e lutas sociais; e Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.

receptividade do tema nas revistas, já que a maior parte dos artigos sobre ativismo online foram encontrados em revistas de estrato B1.

Além disso, notamos também que houve um aumento de publicações sobre ativismo online nos últimos anos, em função possivelmente das manifestações. Entendemos que é necessário, como apontam nossos resultados, que as novas pesquisas busquem compreender para além da dimensão informativa do ativismo online, as implicações, especialmente, das redes sociais digitais para processos de mobilização e organização de movimentos mais clássicos ou processos coletivos que emergem a partir das práticas online. Além disso, parece-nos importante compreender as reflexões produzidas sobre os ativismos durante a pandemia de covid-19 que impactou decisivamente a relação entre mídias e movimentos sociais.

6 Referências

ABERS, R.; BÜLOW, M. U. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ARAÚJO, W. F. Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. **ABCiber**, Simpósio Nacional V, Florianópolis, p. 1-14, 2011.

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo Clássica: Uma Revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: Um Manual Prático. Rio de Janeiro: Vozes, p. 189-217, 2002.

BRINGEL, B.; TEIXEIRA, M. A. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. (Ed.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora UFSC, p. 43-76, 2015.

CAMPOS, L. A., FERES JÚNIOR, J.; GUARNIERI, F. 50 anos da Revista DADOS: uma análise bibliométrica do seu perfil disciplinar e temático. **Dados**, n. 60, v. 3, p. 624-661, 2017.

CARDON, D. As mobilizações de indivíduos na internet. In: MENDONÇA, R. et al. (Ed.). **Democracia digital**: publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 287-306, 2016.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**: Estudos, n. 24, v. 1, p. 13-18, 2014.

CHAGAS, V. Da memética aos memes de internet: uma revisão da literatura. **BIB** - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 95, p.1-22, 2021.

CHRISTENSEN, H. S. Political activities on the Internet: Slacktivism or political participation by other means?. **First Monday**, n. 16, v. 2, 2011. Disponível em: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/3336>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GAJANIGO, P. R.; SOUZA, R. F. D. Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica. **Caderno CRH**, n. 27, v. 72, p. 577-592, 2014.

GERBAUDO, P. **Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. SP: Funilaria, 2021.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GOMES, W. “Nós somos a rede social!” - O protesto político entre as ruas e as redes. In: MENDONÇA, R. et al.(Ed.). **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 267-390, 2016b.

GOMES, W. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma cartografia do campo. In: SILVA, S. et al. (Ed.). **Democracia digital, comunicação política e redes: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, p. 39-76, 2016a.

LAVALLE, A. G. Participação, (des)igualdade política e democracia. In: MIGUEL, L. F. (Ed.). **Desigualdades e democracia**. São Paulo: Editora Unesp, p. 171-202, 2016.

LEAL, T. Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, n. 40, v. 2, p. 169-185, 2017.

MARQUES, D.; MONTEZUMA, I. Desigualdades de gênero e democracia: como as ciências sociais brasileiras (não) trabalham com o tema. **38º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, p. 1-30, 2014.

PLEYERS, G. Ativismo das ruas e online dos movimentos pós-2011. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p.87-96, 2013.

PRUDÊNCIO, K. Entre a cruz e a caldeirinha: ativismo digital e os limites para o debate público. In: FARIAS, L. A.; LEMOS, E.; REBECHI, C. N. (Orgs.). **Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Abrapcorp, p.194-209, 2020.

RUSKOWSKI, B.; da SILVA, C.; FERNANDES, E.; da SILVA, M.; PEREIRA, M. Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais: uma revisão crítica da literatura brasileira (2010-2017) na perspectiva do campo de estudos de movimentos sociais. **Compólitica**, n. 10, v. 2, p. 43-84, 2020.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, v. 66, p. 31-47, 2018.

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. In: SILVA, S. et al. (Ed.). **Democracia digital, comunicação política e redes**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, p. 77-110, 2016.

SAMPAIO, R. C.; MITOZO, I.; MASSUCHIN, M. G.; FONTES, G. S.; PENTEADO, C. L. Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. **BIB** - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 85, p. 126-147, jul. 2018.

SARMENTO, R. Ativismo Feminista Online. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 7, n. 1, p. 19-37, 2021.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. Um panorama dos estudos sobre movimentos sociais e participação no Brasil. In: _____. **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora UFSC, p. 15-42, 2015.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, n. 27, v. 71, p. 417-429, 2014a.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

SEBASTIÃO, S. P.; ELIAS, A. C. O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. **Sociedade e cultura**, n. 15, v. 1, p. 61-70, 2012.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, p. 63-96, 2019.

The brazilian research on online political activism: mapping of publications in scientific journals between 2000 at 2020

ABSTRACT: This text seeks to reveal how online activism was researched, based on a survey of articles published in seven Brazilian academic journals that were well evaluated with, at least, Qualis Capes B1 in the areas of Political Science and Communication. We found 33 published articles related to the theme, between 2000 and 2020, in which content analysis was applied. We found 69% of the texts presenting empirical research, with Facebook being the most analyzed online arena, followed by blogs. About the phenomena analyzed in the articles, it was possible to find that most of the work was concentrated in the mobilization category, understanding online activism as capable of engaging for causes and building campaigns via hashtags.

KEYWORDS: online political activism; bibliographical research; internet; social movements.

Investigación brasileña sobre activismo político en línea: mapeo de publicaciones en revistas de 2000 a 2020

RESUMEN: Este texto busca revelar cómo se investigó el activismo en línea, a partir de una encuesta de artículos publicados en siete revistas académicas brasileñas que fueron bien evaluados con, al menos, Qualis Capes B1 en las áreas de Ciencia Política y Comunicación. Encontramos 33 artículos publicados relacionados con la temática, entre 2000 y 2020, en los que se aplicó análisis de contenido. Encontramos un 69% de los textos que presentan investigación empírica, siendo Facebook el ámbito online más analizado, seguido de los blogs. En cuanto a los fenómenos analizados en los artículos, se pudo encontrar que la mayor parte del trabajo se concentró en la categoría de movilización, entendiendo el activismo online como capaz de comprometer causas y construir campañas a través de hashtags.

PALABRAS CLAVE: activismo político online; encuesta bibliográfica; internet; movimientos sociales.